Empresas&negócios

banrisul
Nossa conexão transforma

Porto Alegre, segunda-feira, 5 de agosto de 2024 | Ano 23 - nº 31 | Jornal do Comércio

RAQUEL THORMANN/DIVULGAÇÃO/JC



REPORTAGEM ESPECIAL

Economia do Sul do Estado busca caminhos para a recuperação nos pós-enchente

As cheias de maio desalojaram mais de 100 mil pessoas e deixaram em torno de 3,5 mil desabrigados nas quatro maiores cidades localizadas no estuário da Lagoa dos Patos. A água que invadiu Pelotas, Rio Grande, São Lourenço do Sul e São José do Norte afetou em cheio não apenas a infraestrutura dos municípios, mas também a economia ao atingir aproximadamente 12 mil empresas. Superado o pior momento, gestores públicos, empreendedores e entidades de classe se unem para buscar meios de reorganizar a economia regional e encontrar alternativas para escapar da crise do pós-enchente.

LEIA NAS PÁGINAS 6 A 10

Empresas&negócios

Editor-Chefe: Guilherme Kolling
guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br
Editora de Economia: Fernanda Crancio
fernanda.crancio@jornaldocomercio.com.br
Editora-assistente: Cristine Pires
cristine.pires@jornaldocomercio.com.br
Diagramação: Gustavo Van Ondheusden e Ingrid Muller

Opinião

O uso da tecnologia na recuperação do RS e na prevenção de outras catástrofes

Hermano Pinto
Diretor do Portfólio de Tecnologia e Infraestrutura da Informa Markets, responsável pelo Futurecom

Passada a fase chocante da tragédia que se abateu sobre o Estado do Rio Grande do Sul, quando as águas baixam e a limpeza é feita, as luzes voltam a ser ligadas, as redes voltam a funcionar e a tecnologia, com seu potencial transformador, é capaz de dar, ao menos, alguns caminhos, insights e soluções para a retomada das vidas e da economia. Os equipamentos e soluções mais atualizados, e até alguns já usados no passado, são pontos iniciais para medidas práticas de retomada. A recuperação vai ser longa, exigindo muita resiliência e persistência, afinal foram afetados 469 dos 497 municípios do Estado, com 172 mortos e mais de 575 mil pessoas desabrigadas.

Um exemplo é o uso ampliado da Internet das Coisas (IoT) para monitoramento de rios, do solo, de encostas e até de infraestruturas como pontes, torres e postes, por meio da coleta em tempo real de dados, que permitam o uso de ferramentas de análise computacional e de interação de realidade aumentada na predição e de atuação para os órgãos de planejamento urbano, defesa civil e gestão climática. Infelizmente, o adensamento urbano e a ocupação desordenada de várzeas ou banhados promoveram a excessiva impermeabilização do solo, tornando a situação mais complexa e com impactos mais graves, o que torna prioritário o uso de tecnologias avançadas e já disponíveis.

Sensores de chuva, de nível de água radar, de nível de água capacitivo e de pressão barométrica são elementos já adotados extensivamente para garantir mais assertividade em previsões, mas é por meio da Inteligência Artificial (IA), muito falada hoje, que uma verdadeira revolução pode ser conduzida. Ela não é nova, tem mais de 50 anos, porém o que ela realmente tem de novo é a capacidade de "aprender" a partir do armazenamento e processamento de grandes volumes de dados. A IoT entra nessa equação com dispositivos de baixo custo e de maior precisão para levantar os dados como avaliações sobre movimentos geomorfológicos, gerando modelos preditivos muito mais precisos.

A retomada da conectividade é uma das maiores preocupações - foram 300 mil assinantes sem conexão e, segundo a InternetSul, associação de provedores gaúchos, o custo do restabelecimento é estimado em R$ 1,21 bilhão. A recuperação das redes elétricas e de fibra ótica são um imenso desafio para a volta da conectividade, uma vez que as operadoras perderam grande parte de sua malha, elementos vitais para a conexão de residências e interligação entre as cidades. Muitos elementos das redes de fibra óptica ficaram energizados sob a água, trazendo riscos terríveis para a população. Além disso, houve interrupções de 4 grandes linhas de transmissão e milhares de metros de cabos elétricos e de comunicações posteados levados pela enxurrada - foram cerca de 200 interrupções de cabos, além de concentradores de rede e pontos de presença, que tiveram operações comprometidas.

Em momentos como esses, em que os dutos estão repletos de barro, esgoto e todo tipo de contaminação, as companhias de telecomunicações sempre olham para a tecnologia de rádio como alternativa porque ela não consome muita energia e são de rápida implantação: existem conexões de capacidade média, consumindo pouco mais que uma lâmpada elétrica, e que habilitam a conectividade com a utilização de pequenos geradores. Alternativas "sem fio" se apresentam. Rádios ponto a-ponto combinados a redes "Mesh" em faixa não licenciada, proporcionam, com algumas restrições de interferência e capacidade, uma conexão simplificada para os múltiplos dispositivos em uma estrutura de malha, ao permitir cada nó atuar como um ponto de acesso, eliminando a necessidade de roteadores e possibilitando uma boa capacidade de transmissão; e a outra é a conexão satelital para atuar na restituição de alguns sistemas e na reconstituição de alguns backbones ainda que com capacidade reduzida e custo mais elevado, mas que se apresentam como solução razoável neste momento emergencial.

Telemedicina e Saúde Mental

Para atender todas as pessoas que ficaram isoladas após o abalo das redes, o atendimento remoto pela Telemedicina tem um papel muito importante, pois, à distância, os profissionais conseguem obter informações sobre os parâmetros do corpo, como a composição sanguínea, a pressão e temperatura e outra série de dados encapsulados em formatos para internet ou via rádio em maletas da saúde, transmitindo-os para que o atendimento à distância possa ser feito com médicos conectados. O uso desses devices por entidades de saúde, hospitais e clínicas para promover essa integração maior com especialistas que não podem estar de forma maciça nas cidades - até porque muitos deles também podem ter perdidos suas casas e equipamentos - é de grande valia em um momento tão grave em que se fala em mais de 3 mil unidades de saúde destruídas. O atendimento de profissionais de saúde mental também é primordial porque muitas pessoas perderam suas casas, bens, histórias, recordações, sustento e precisam de apoio e acolhimento para conseguirem fazer parte dessa grande reconstrução.

Realidade local

Todo o trabalho de recomposição no Rio Grande do Sul precisa ser feito levando em conta o perfil das diferentes populações, os lugares e as formas de ocupação. O Governo Federal liberou uma parte do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para atender a conectividade dos provedores, mas muitos municípios perderam metade da sua área e algumas milhares de pessoas terão que ser realocadas. Tudo isso demanda um nível de planejamento extremamente elevado para usar esses recursos em sintonia com os desafios da natureza, de forma a reduzir os efeitos de outras eventuais catástrofes com tecnologias associadas à coleta e análise de dados, modelos de gêmeos digitais e ferramentas de inteligência artificial.

Essas iniciativas devem partir das cidades para o uso mais eficiente dos repasses que estão chegando. Cada município tem suas demandas específicas e não dá para tratar todos de maneira uniforme. Cada localidade possui características socioeconômicas diversas e distintos níveis de susceptibilidade a impactos hidro geoclimáticos, impondo a realização de inventários específicos. Passo a passo, juntando esforços humanos e tecnológicos e levando em conta as diferentes dinâmicas populacionais do Estado, essa tragédia pode ser superada e outras podem ter impacto menor. Esperamos que tudo que aconteceu no Rio Grande do Sul sirva de aprendizado para um futuro capaz de lidar melhor com eventos extremos, trazendo menos sofrimento e prejuízos aos cidadãos com o apoio da tecnologia.


HERMANO PINTO/ARQUIVO PESSOAL/JC

A IoT entra nessa equação com dispositivos de baixo custo e de maior precisão para levantar os dados como avaliações sobre movimentos geomorfológicos

Qual é o ponto em comum entre o atentado contra Donald Trump e o apagão de tecnologia global?

Gustavo Caleffi
Especialista em segurança e diretor da Squadra – Gestão de Riscos

Começo respondendo à pergunta do título: no meu entendimento, a similaridade entre o atentado de Donald Trump e o apagão global da última sexta-feira (19 de julho) é a arrogância e a prepotência natural de sistemas de segurança que se consideram infalíveis. Por isso, o segmento da segurança é um mercado difícil de criar planos de contingência adequados.

No caso da segurança pessoal, que é a de Donald Trump, a arrogância é gerada pelo sentimento dos agentes de segurança. Eles costumam ser muito bem treinados em atividades de proteção e resposta a ataques, têm histórico profissional em forças armadas e vários outros fatores que geram uma prepotência natural em times de proteção pessoal, levando a crer que ninguém seria "louco" de tentar atacar seus protegidos. Normalmente esse tipo de mentalidade gera muitas vulnerabilidades, pois quando se fala em planos de contingência, quando se aventa possíveis falhas no sistema de proteção, a resposta muitas vezes é: "esse plano está perfeito, ele é INFALÍVEL".

O mesmo acontece no mundo da tecnologia. Habitualmente, sistemas de TI são desenvolvidos por pessoas consideradas gênios. Por natureza, gênios se consideram infalíveis e, automaticamente, se tornam pessoas de extrema autoconfiança, gerando assim uma grande prepotência. Percebe-se quando desenvolvemos planos de contingência para este segmento: a resposta para os questionamentos quanto a possibilidade de falhas nos processos será a mesma do time de segurança pessoal, "esse plano está perfeito, ele é INFALÍVEL".

Quando falamos em gestão de riscos, necessitamos avaliar e quantificar os riscos para mitigar os mesmos, criando planos de crises. Mas não basta desenvolver o plano de crises e não colocar em teste. Um plano de crise desenvolvido em condições normais de temperatura e pressão, dentro de escritórios de luxo, longe da verdadeira realidade, não será um plano realista.

Então, como ser mais assertivo em planos de crises? Simples, entenda que seu plano certamente não será perfeito e que precisa de muita experiência e competência para buscar desenvolver planos mais próximos da realidade de suas futuras necessidades.

Empresas&negócios

Com a palavra

Andréa dos Santos

Arquitetura Inclusiva passa por cidades democráticas

CAROL JARDINE/DIVULGAÇÃO/JC



Dirigente lidera um movimento nacional pela conscientização sobre o papel de cada agente nas cidades brasileiras

Cristine Pires
cristine.pires@jornaldocomercio.com.br

As cidades brasileiras necessitam de uma abordagem mais democrática e inclusiva, que permita o melhor uso dos espaços públicos como locais de troca e interação social. Somente juntos, os cidadãos poderão alcançar segurança e moradia digna para toda a população. Essa é a posição defendida pela arquiteta e urbanista Andréa dos Santos. Natural de Rio Grande (RS), Andréa foi eleita para coordenar a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) na gestão 2023/2025 e lidera um movimento nacional pela valorização da profissão e pela conscientização sobre o papel de cada agente nas cidades brasileiras.

Empresas & Negócios - Como a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas vê o papel da arquitetura e urbanismo na mitigação dos impactos das enchentes no Rio Grande do Sul?

Andréa dos Santos - Acredito que muitas pessoas veem a arquitetura e urbanismo como construir casas, decorar imóveis, e não sabem sobre o que mais podemos fazer. Na FNA, ao mesmo tempo que fizemos o debate e as ações pela garantia de direitos dos trabalhadores arquitetos e arquitetas e urbanistas, trabalhamos o papel social (e essencial) dos profissionais de arquitetura e urbanismo mostrando que a nossa profissão cumpre um papel essencial na nossa sociedade, seja no planejamento urbano e territorial, seja na habitação e em todas as mais diversificadas áreas de atuação. Essa tragédia que acometeu o Estado afetou a vida de muitas pessoas e, agora que as chuvas passaram, entramos na fase de reconstrução.

E&N - A tragédia climática nos municípios gaúchos deixará algum tipo de legado na área da arquitetura e do urbanismo?

Andréa - Acredito que o legado é: somos todos parte da mudança. Essencialmente, fica a certeza de que precisamos cuidar mais das nossas cidades e principalmente das pessoas e esse é um cuidado urbanístico e ambiental que está diretamente ligado à segurança e ampliação da qualidade de vida das pessoas, precisamos ter suas leis e planos urbanísticos implementados, monitorados e revistos periodicamente, a infraestrutura urbana precisa de manutenção constante e isso, também, é ser resiliente.

E&N - Quais são as principais iniciativas da entidade em relação ao desenvolvimento urbano inclusivo e como elas podem ajudar as vítimas das recentes enchentes no Rio Grande do Sul?

Andréa - Na FNA e nos sindicatos e entidades de arquitetos, falamos muito sobre o conceito de "Direito às Cidades", ou seja, a cidade é de todos. Ela não é feita apenas para uma parte da população. Ela é feita para todos que nela vivem. Portanto, esse é um trabalho que vai além da construção, é um trabalho social. Para isso, precisamos tirar essa população que está marginalizada, vulnerabilizada, vivendo e construindo suas vidas em locais não apropriados e colocá-las em locais dignos e seguros. Quem faz isso? O poder público. Como nós, profissionais de arquitetura e urbanismo, ajudamos? Planejando. A população cresce e, junto, a cidade também cresce, mas ela deve crescer de forma pensada e dentro dos padrões de segurança, respeitando os locais que devem, ou não, ser habitados, preservando o meio ambiente e preservando, futuramente, vidas.

E&N - De que maneira a crise das enchentes influencia a visão da federação sobre políticas de habitação social no Brasil?

Andréa - Moradia digna é um direito de toda a população. Primeiramente, é necessário que a sociedade tenha conhecimento disso. Todos têm direito de viver em um lar seguro, digno, com saneamento, projetado para proteger a si e suas famílias. Nosso país vem avançando muito na questão de habitação social nesses últimos anos, mas, com essa tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul, conseguimos ver como muitas casas, bairros, cidades são vulneráveis e não estão preparadas para lidar com esse tipo de calamidade. Vemos como nosso papel, além de projetar casas e cidades, apontar para o poder público o que precisa ser mudado, melhorado. A Federação vem, junto aos seus sindicatos filiados, abrindo espaços de debate sobre a temática para pensar em como viabilizar uma mudança e, também, para alertar os responsáveis pelo bem-estar da população: o poder público.

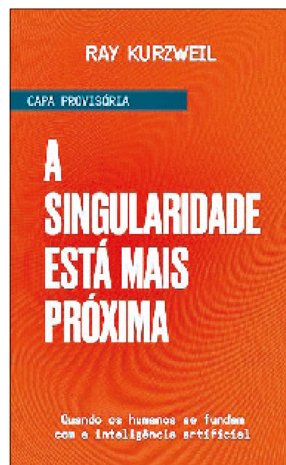
E&N - É possível integrar os movimentos sociais e cooperativas em processos de habitação de interesse social para enfrentar as consequências das enchentes?

Andréa - Acredito que a arquitetura é coletividade e a profissão é, sim, capaz de transformar realidades. Os arquitetos e urbanistas estão, constantemente, ao redor de todo o país, realizando ações de inclusão, como projetos de moradias sociais, preservação de patrimônios históricos e culturais dos diferentes grupos sociais e arquitetura de acessibilidade que são essenciais para reduzir o contexto de desigualdade social que temos hoje. A Arquitetura que o Brasil precisa está nas ruas e é essa arquitetura que é a agente de mudança social. Porque ela inclui, ela aproxima, ela acolhe. Para isso, os movimentos sociais e, em especial, os de luta por moradias, assim como cooperativas e entidades de assessoria técnica têm desempenhado um papel fundamental para a garantia do direito à moradia, com projetos construídos coletivamente. O MCMV Entidades e o MCMV Rural são exemplos de construção qualificada para atendimento das pessoas mais pobres com entidades que optam por um resultado final de maior qualidade e em áreas dignas para o desenvolvimento social das famílias.

E&N - Quais são as políticas públicas que acredita serem essenciais para a recuperação das áreas afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul?

Andréa - Por óbvio, as políticas públicas de moradia, desenvolvimento urbano e territorial são primordiais, mas junto com ações de controle e gestão de riscos, condições sociais e de desenvolvimento econômico devem garantir as condições para a recuperação das cidades e das famílias atingidas. Primeiramente, toda essa população que foi atingida pelas enchentes vai precisar de apoio financeiro. Claro que doações, o trabalho realizado pelos voluntários é extremamente importante, e é incrível ver a solidariedade e apoio do povo para o povo, mas não podemos esquecer que o dever de cuidar da população é do poder público, é dos governantes e não só neste momento. Precisamos pensar no futuro e em ações de curto prazo para reduzir os riscos, principalmente decorrentes das alterações climáticas, seja por alagamentos, deslizamentos e movimentações de massa, seja pela seca e queimadas, que ocorrem no país inteiro. Então, as pessoas que perderam suas casas, precisarão de apoio do governo para poder adquirir um novo imóvel, mas não adianta elas adquirirem um imóvel em áreas de risco para perder tudo novamente em uma próxima enchente. Quem não perdeu totalmente suas casas, mas perderam bens, também precisarão de ajuda para se reerguer. Esses bens perdidos são fruto de anos, uma vida de trabalho, uma perda da memória e história das pessoas, mas também das próprias cidades atingidas. Entendemos que precisamos aprofundar cada vez mais a realização de estudos para compreender o que aconteceu, o motivo de certas áreas terem sido mais atingidas do que outras e avaliar os caminhos a serem tomados para que essas situações sejam evitadas em um futuro bem próximo. Como fazer isso? Nesse espaço entra a importância dos trabalhadores do planejamento e da construção, como arquitetos e arquitetas, profissionais de engenharia, além de toda uma equipe multidisciplinar. O objetivo é criar cidades fortes, preparadas e seguras. É recuperar as áreas ambientais como as matas ciliares e a proteção das nascentes, diminuir vetores que levam às situações dramáticas vividas por nossas cidades, isso é também garantir a sustentabilidade para cidades mais saudáveis. Esse é o conceito de cidades resilientes. Pode-se garantir zero danos? Não. Porém, podemos diminuir as perdas.

Leitura



Tecnologia

Com lançamento marcado para 21 de setembro, o livro "A singularidade está mais próxima" apresenta uma nova perspectiva sobre os avanços em direção à Singularidade. Este termo se refere a um momento futuro hipotético em que a inteligência artificial ultrapassará o nível de inteligência dos humanos. De acordo com o autor, a IA alcançará a inteligência humana já em 2029, o que implicará um crescimento exponencial da tecnologia.

A obra analisa temas como o prolongamento radical da vida para além do atual limite de idade de 120 anos, assim como a reinvenção da inteligência ligando os nossos cérebros à nuvem. Também é assunto do livro a forma como as tecnologias exponenciais impulsionarão a inovação em todas as indústrias e melhorar todos os aspectos do nosso bem-estar, como a diminuição da pobreza e da violência.

Ray Kurzweil também aborda os potenciais perigos da inteligência artificial, da biotecnologia e da nanotecnologia. Entre eles, estariam o impacto da IA no número de empregos, a segurança dos carros autônomos e também a tecnologia "After Life", que tem por objetivo reviver, de forma virtual, indivíduos falecidos. A obra representa o culminar de seis décadas de investigação sobre inteligência artificial. Kurzweil é autor de "A medicina da imortalidade: viva o suficiente para viver para sempre" .

A singularidade está mais próxima: Quando os humanos se fundem com a inteligência artificial; Ray Kurzweil; Goya; 400 páginas; R$ 99,90; A partir de 21 de setembro, disponível também em versão digital.



Autoajuda

O livro "Cada vez mais forte", do autor Arthur C. Brooks, sugere uma divisão da vida em duas metades. Na primeira, pessoas obstinadas se dedicam em alcançar o sucesso profissional e pessoal. Enquanto isso, na segunda parte da vida, segundo o autor, o sucesso chega cada vez com mais dificuldade, as recompensas se tornam menos satisfatórias e as relações familiares ficam mais difíceis.

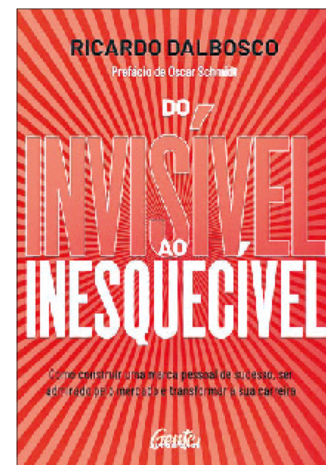
Muitas dessas pessoas obstinadas dobram a carga de trabalho em uma tentativa de contornar o declínio e a fraqueza, o que costuma resultar em raiva, medo e frustração.

Nesta obra, Brooks mostra como aceitar os presentes da segunda metade da vida, mesmo os negativos, com alegria e propósito.

Para isso, o autor compartilha estratégias contraintuitivas para os leitores se desvencilharem de velhos hábitos e aderirem a novas práticas. Ele utiliza-se das ciências, da filosofia clássica, da teologia e da história. Na opinião de Brooks, as transformações da vida são inevitáveis, mas o sofrimento, não.

"Cada vez mais forte" será lançado oficialmente em 2 de setembro. Cientista social e professor de práticas de liderança e de gestão na Harvard Business School, Brooks também escreveu os best-sellers "Ame seus inimigos" e "The Conservative Heart".

Cada vez mais forte: como encontrar sucesso, felicidade e propósito na segunda metade da vida; Arthur C. Brooks; Intrínseca; 256 páginas; R$ 59,90; Disponível em versão digital.



Motivacional

O livro "Do Invisível ao Inesquecível" é uma ótima sugestão para quem busca criar e refinar uma marca pessoal autêntica e rentável no mundo do trabalho. Nele, o autor Ricardo Dalbosco divide ensinamentos de como ser admirado pelo mercado e transformar a própria carreira. Também propõe que a chave para conquistar o sucesso profissional passa pelo gerenciamento da própria imagem de forma estratégica.

Para quem quer transformar a carreira e atingir a jornada poderosa da autodescoberta, Dalbosco destaca a capacidade de comunicação no ambiente profissional. Através desta obra, o leitor pode aprender a assumir o papel de protagonista da própria carreira, aumentar sua reputação ao longo da trajetória profissional e conquistar autoridade moral, gerando oportunidades valiosas. Além das dicas profissionais, o leitor tem acesso a macetes para a criação de conteúdos relevantes, que dão valor à sua imagem e oportunizam a fidelidade do seu público-alvo.

O livro conta com um prefácio inspirador escrito pelo astro do basquete brasileiro, Oscar Schmidt. Ricardo Dalbosco é estrategista, palestrante e professor. Nesta obra, ele divide seu conhecimento com o leitor que deseja alcançar a oportunidade de ser inesquecível.

Do invisível ao inesquecível: Como construir uma marca pessoal de sucesso, ser admirado pelo mercado e transformar a sua carreira; Ricardo Dalbosco; Gente Autoridade; 160 páginas; R$ 64,90; 10 de junho 2024, disponível também em versão digital.

Responsabilidade social

Sedac, Instituto Cervantes e TAG se unem para recuperar os acervos de bibliotecas do Estado

» A campanha "Juntos Pela Leitura no RS" recebe doações de todas as regiões do País

Amanda Flora
amandaf@jcrs.com.br

A Secretaria Estadual da Cultura (Sedac), em colaboração com o clube de leitura TAG e com o apoio do Instituto Cervantes, está promovendo uma campanha solidária nacional para arrecadação de livros destinados a bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul atingidas pelas enchentes de maio. Intitulada "Juntos pela Leitura no RS", a iniciativa visa reconstruir acervos perdidos e incentivar a leitura nas comunidades afetadas.

Podem ser doados livros de gêneros variados, como ficção, clássicos, contemporâneos e de assuntos gerais, além de literatura infantil e infantojuvenil. É essencial que os livros estejam em bom estado de conservação, completamente legíveis e sem manchas ou sujeiras. "Não existe cultura e educação sem leitura e as bibliotecas são, naturalmente, uma forma de ofertar gratuitamente este recurso", afirma Iara Breda de Azeredo, bibliotecária e coordenadora de cultura do Instituto Cervantes.

As doações serão centralizadas na sede do Instituto Cervantes, onde servidores da Sedac realizarão a triagem dos livros. Após a seleção, os exemplares serão encaminhados para bibliotecas públicas que estão sendo catalogadas pela secretaria. Segundo estimativas fornecidas pelo governo estadual, mais de 100 mil livros foram destruídos pelos alagamentos no Estado.

Interessados em contribuir devem entrar em contato com o Instituto Cervantes através do email bibpalegre@cervantes.es. "Existe um formulário (pode ser solicitado via e-mail) que as pessoas podem preencher ou podem trazer diretamente aqui no Instituto Cervantes, mas é preciso respeitar a solicitação de serem livros adequados: literatura, literatura infantil e literatura infanto-juvenil, não estamos arrecadando livros técnicos", informa Azeredo.

O Clube de Leitura TAG Livros, que presta o serviço de assinatura em curadoria literária, auxilia na organização das doações ao nível nacional. "Por enquanto, não temos outro ponto de arrecadação. Quem quiser colaborar, deve enviar os livros para o Instituto Cervantes de Porto Alegre. A doação de outros estados deve ser feita pelos correios", diz Rafaela Pechansky, publisher da TAG. O endereço do Instituto para o envio de doações é rua João Caetano, 285, Bairro Três Figueiras, Porto Alegre – RS, CEP 90470-260.

INSTITUTO CERVANTES / DIVULGAÇÃO / JC



As doações ajudarão a repor os mais de 100 mil livros que foram destruídos pela tragédia climática

Editoras estão sendo incentivadas a doar obras novas presentes em seus catálogos. Algumas já confirmaram participação, como Alta, Autêntica, Companhia das Letras e Record. Além disso, o Clube de Leitura Quindim, especializado em literatura infantil, anunciou a doação de mais de 2 mil exemplares de 80 títulos selecionados pela curadoria de especialistas renomados, como Ana Maria Machado, Loyola Brandão e Daniel Munduruku. "Estamos mobilizando as editoras de todo o Brasil, nossos grandes parceiros, que estão nos ajudando com importantes e volumosas doações para reconstruir as bibliotecas dos municípios. A TAG doou 10 mil livros, e a expectativa é que a gente alcance, junto aos parceiros, 30 mil livros doados", afirma Pechansky.

Dezenas de empreendimentos do setor literário tiveram suas coleções severamente afetadas

A Sedac estima que a enchente de maio tenha comprometido mais de 30 empreendimentos do setor livreiro, como bibliotecas, distribuidoras, editoras, livrarias e sebos. Entre os afetados está a L&PM Editores, editora de livros que possui um depósito com cerca de 900 mil livros, localizado na zona norte de Porto Alegre, bairro Farrapos, um dos mais afetados pelo desastre. Os funcionários conseguiram acessar o depósito semanas após o início da cheia. "Tivemos perdas menores do que esperávamos em relação ao estoque, cerca de 10 mil livros, mas perdas consideráveis em relação aos móveis e equipamentos", afirma a equipe da editora.

O Clube dos Editores do RS está promovendo feiras e campanhas para auxiliar suas associadas. Eles destacam que o mercado editorial gaúcho vive um cenário único e desafiador, com estoques de livros perdidos, vendas paralisadas, entregas impossibilitadas e livrarias severamente comprometidas. "Se possível, compre livros de editoras gaúchas em livrarias do Rio Grande do Sul", frisam representantes do Clube.

A Sedac também atua em outras campanhas de recuperação material do setor livreiro. "Conseguimos, inclusive, alguns desktops que vão ajudar nesse suprimento", informa Ana Maria de Souza. A situação de cada estabelecimento varia, algumas tiveram perda total, enquanto outras foram afetadas de maneira parcial, o que acaba gerando um atendimento individualizado para cada caso, "com relação ao mobiliário, estamos em algumas frentes, para também auxiliar as bibliotecas públicas municipais na reinstalação das estantes para que recebam as doações de livros", completa Ana.

Localizada no térreo da Casa de Cultura Mario Quintana, a Livraria Taverna teve sua loja invadida pela água do Guaíba e sofre com as consequências, após a interrupção das vendas presenciais na Travessa dos Cataventos. O mobiliário e parte do acervo foram atingidos pela umidade, apesar do esforço da equipe em isolar as obras da água. "A gente não conseguiu uma contabilização total ainda dos prejuízos, mas somando a perda de mobiliário, equipamento e esse tempo todo de loja fechada, o nosso prejuízo está estimado em 290 mil reais", afirma Ederson Lopes, proprietário do empreendimento.

O governador Eduardo Leite anunciou, em junho deste ano, R$25 milhões de investimento para o setor cultural afetado pela enchente. Por residir no prédio da Casa de Cultura, a Livraria Taverna conta com o apoio do estado para recuperar sua estrutura física. Tanto a parte externa quanto a interna da loja serão restauradas pela Sedac. A reabertura da Casa de Cultura Mario Quintana está prevista para o dia 14 de agosto, mas segundo o sócio, o retorno das atividades presenciais da loja não está certo, "nós não sabemos se vamos conseguir reabrir a livraria até lá, a gente imagina que a previsão seja final de agosto ou início de setembro" e completa: "o nosso negócio, que é o livro, é um negócio muito sensível, mas a gente tá otimista, porque a gente percebe que a nossa livraria tem apoio da comunidade".

REPORTAGEM ESPECIAL

A difícil tarefa de reorganizar a economia do Sul do Estado

» *Parceria entre poder público e setor privado visa recuperar 12 mil empresas da região*

MICHEL CORVELLO/DIVULGAÇÃO/JC

Infraestrutura danificada nas cidades atingidas na Metade Sul do Estado, como aconteceu em Pelotas, receberá recursos para ser recuperada

Álvaro Guimarães, *especial para o JC*
economia@jornaldocomercio.com.br

Ao som de um rock clássico dos anos 1970, Flávio Juliano, mateia atrás do balcão da pet shop que mantém no centro de Rio Grande há 15 anos. Mesmo distante 1,3 quilômetros do cais do porto velho a loja foi invadida pela água na enchente de maio e permaneceu fechada por 10 dias, o que o colocou na lista dos 6,7 mil empreendedores afetados pela cheia da Lagoa dos Patos na cidade. As estimativas do Sebrae apontam que nos cinco municípios mais atingidos - Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Arambaré e São Lourenço do Sul - aproximadamente 12,3 mil CNPJs foram impactados pela catástrofe climática, que também desalojou mais de 100 mil pessoas e deixou em torno de 3,5 mil desabrigados no sul do Estado.

"Se percebia que 2024 seria um ano derradeiro, para fechar quem ainda não estava fechado e endividar até o talo quem ainda não estava endividado, isso por causa da realidade econômica que se percebe na cidade desde o fechamento do Polo Naval e que foi agravada com a pandemia, mas não se contava com o desastre natural que se teve. Isso só agravou a situação e faz a perspectiva não ser boa. Acredito que até o final do ano, quando o capital injetado pelas ajudas dos governos que está aquecendo o comércio neste período acabar, teremos um cenário muito ruim", analisa.

A partir de maio, o movimento de migração dos moradores das áreas atingidas pelas inundações para zonas mais seguras, como o Cassino, afastou a clientela do comércio do centro da cidade, fazendo o movimento das lojas como a de Juliano encolher e aumentando a preocupação com relação ao futuro dos negócios. "O setor dos petshops que é o que puxava o mercado local, pois é um setor normalmente aquecido, está se



FLÁVIO JULIANO/ARQUIVO PESSOAL/JC

Juliano tem pet shop no centro de Rio Grande há 15 anos

entregando por último e a realidade é que o comércio de Rio Grande está todo endividado e depende da ajuda do novo Pronampe subsidiado para se manter, ou seja, o panorama não é nada bom", avalia.

Há 60 quilômetros dali, no alto do prédio da Associação Comercial, no centro de Pelotas, o presidente da entidade, Fabrício Cagol, não esconde a preocupação diante do cenário encontrado quando as águas baixaram no início de junho. As estimativas são de que o maior centro comercial da região amargou quedas que variam entre 30% e 50% nas vendas no mês de maio em relação ao ano passado. A quebra do movimento exatamente em um dos meses mais promissores para os lojistas, por causa do Dia das Mães, afetou não apenas o faturamento, mas também o ânimo dos empresários. Somado a isso, as notícias sobre os prejuízos milionários no campo surgem como prenúncio de um, quase inevitável, aprofundamento da crise.

"Nosso temor está nos meses seguintes com a falta do dinheiro do agronegócio na cidade, pois isso vai reduzir mais ainda a circulação de capital ao menos até outubro, pois nesse contexto o público da região, que usa Pelotas como um centro comercial vai frear seus gastos gerando um impacto direto no nosso comércio", comenta.

Conforme os dados da Emater/Ascar as perdas no setor primário na Zona Sul chegaram a aproximadamente R$ 1,8 bilhão e superaram as quebras registradas com a estiagem de 2023, considerada a maior dos últimos 20 anos. A soja foi a cultura mais afetada com perdas que chegaram a 62%. Na safra 2022-2023 foram plantados na região de Pelotas 510,8 mil hectares com uma produtividade média de 2,1 toneladas por hectare e uma produção total de 1,1 milhão de toneladas.

A produção de hortigranjeiros da região também foi devastada. Em Rio Grande as perdas chegaram a 100% e atualmente não há produtos locais sendo comercializados em nenhum dos municípios da costa da Lagoa dos Patos.

Os impactos, no entanto, vão além das lavouras e possibilitam projetar prejuízos futuros, como no caso da pecuária de corte, uma das principais atividades econômicas regionais. O excesso de umidade no solo em função das inundações têm impedido o desenvolvimento de forrageiras, enquanto as geadas e as baixas temperaturas afetam a qualidade dos campos nativos e o crescimento das pastagens de inverno. Os técnicos da Emater/Ascar calculam, ainda, que em todo o Estado 15 mil bovinos tenham morrido em decorrência das enchentes ou de doenças subsequentes.

O estudo "Enchentes no Rio Grande do Sul: impactos na pecuária de corte e caminhos para a recuperação" publicado no final de maio pelo Centro de Inteligência da Carne Bovina (CiCarne) coordenado pela Embrapa e assinado por seis pesquisadores da empresa pública, alerta para o fato de que a destruição das infraestrutura viária das cidades afetadas, sobretudo a estradas rurais, impede o transporte eficiente de insumos e animais e afeta desde a nutrição dos rebanhos até a comercialização da carne.

"A interrupção das rotas de transporte resulta em atrasos significativos na entrega de rações e suplementos alimentares, comprometendo a saúde e o desenvolvimento dos animais. Além disso, a dificuldade em transportar o gado para os abatedouros e mercados podendo causar uma redução na oferta de carne, elevando os custos de produção e, consequentemente, os preços ao consumidor final", diz o relatório.

Tão tradicional quanto a pecuária, a pesca é outra atividade que sentirá por longo tempo os danos causados, ironicamente, pela cheia da lagoa. Nas cidades do sul do Estado estão as quatro maiores colônias de pescadores do Rio Grande do Sul: Z1 em São José do Norte, Z2 em Rio Grande, Z3 em Pelotas e Z8 em São Lourenço do Sul. Juntas elas reúnem em torno de 4 mil pescadores licenciados, responsáveis por abastecer o mercado das regiões sul, Metropolitana, Serra e de pontos no sudeste do País.

Cheia na Lagoa dos Patos gera temor

A Colônia Z3, em Pelotas, ficou mais de 30 dias inundada e quando a água baixou 70% dos galpões onde são guardados os materiais de pesca e preparados os barcos haviam sido danificados. Todas as peixarias, em sua maioria localizadas na beira d'água, foram arrasadas e os proprietários perderam freezers, câmaras frias e outros equipamentos. A lagoa também invadiu a vila, danificando e espalhando prejuízos entre as aproximadamente 900 famílias de pescadores que vivem ali.

Mas para além dos prejuízos materiais e da destruição em terra, o que desola os pescadores é o impacto da enchente no estuário da Lagoa dos Patos. "A água está suja, não está adequada para a reprodução das espécies. Em outubro, quando a lagoa deveria estar baixa para a entrada das larvas de camarão, não vai estar. Isso significa mais um ano sem pescaria e sem camarão", explica Nilmar Conceição, presidente do Sindicato dos Pescadores de Pelotas e coordenador do Fórum da Lagoa dos Patos, órgão que reúne todas as instituições relacionadas com a pesca na região.

MICHEL CORVELLO/DIVULGAÇÃO/JC



Pescadores da Colônia Z3 alertam para impacto na reprodução de espécies

Tanto quanto os produtores rurais, os pescadores da região esperam pela ajuda federal para tentar recuperar os prejuízos e sobreviver até que seja possível voltar a trabalhar. Financiamentos com carência a perder de vista, juros baixos e de fácil obtenção são a principal opção para quem precisa reconstruir sua estrutura e não tem como trabalhar.

"Nossa comunidade ainda está em choque, está desorientada. Nosso negócio é pescar e vender pescado e não sabemos quando poderemos voltar a fazer isso. A ajuda governamental dos R$ 5,1 mil não chegou para todos, o que gera mais ansiedade e desesperança nas pessoas. Em outubro termina o período de defeso e o seguro deixa de ser pago, precisamos de alternativas práticas para depois disso, precisamos de apoio para comprar o pescado em outros lugares e, ao menos, manter a atividade comercial funcionando", diz Conceição.

Recomposição da infraestrutura é uma das prioridades

Recuperar os danos causados pelas inundações na infraestrutura dos municípios tem sido o desafio dos prefeitos que dependem, mais do que nunca, da ajuda dos governos federal e estadual. Estradas rurais e pontes, como a que liga Rio Grande a Ilha dos Marinheiros - principal centro produtor de hortigranjeiros e sede das principais agroindústrias do município - ou a estrada até a Z3 encabeçam a lista de prioridades ao lado de estruturas essenciais para o desenvolvimento de atividades econômicas como o turismo, por exemplo.

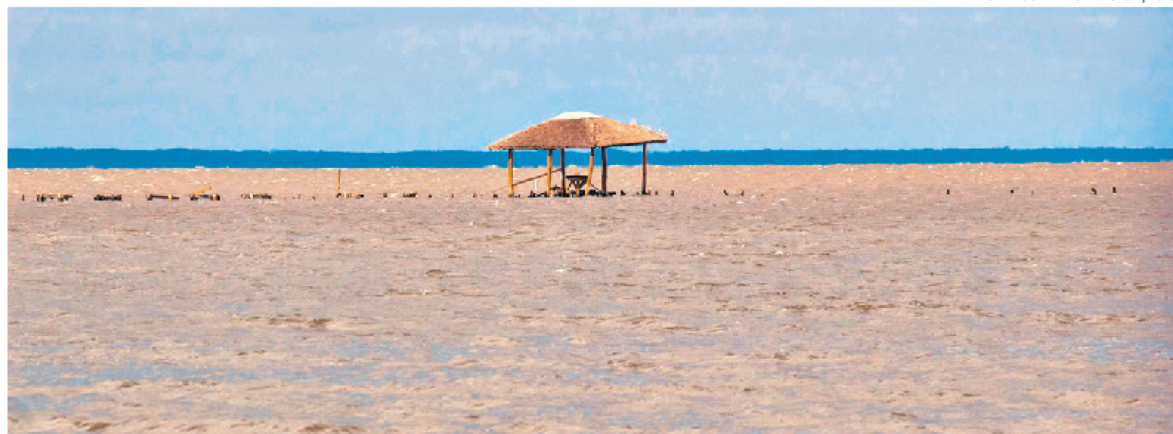
Em São Lourenço do Sul, cidade que tem no turismo de verão uma de suas principais fontes de renda, a reconstrução da orla da Lagoa dos Patos, por exemplo, está estimada em R$ 30 milhões. Em Pelotas, um dos pontos turísticos mais famosos, o trapiche do Laranjal, que também foi completamente destruído, tem sua recuperação orçada em R$ 1 milhão.

A presidente da Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul) e prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas, explica que os prefeitos da região já pediram que o governo federal estabeleça medidas de apoio para a reconstrução das estruturas afetadas. Também foi solicitado que o Ministério da Reconstrução do RS dê prioridade e implemente efetivamente os projetos protocolados pelas prefeituras nos Programas de Aceleração do Crescimento (PACs).

"Precisamos de um plano abrangente que não só reconstrua o que foi destruído, mas que também prepare nossas cidades para enfrentar futuros desastres climáticos", afirma. A modernização das infraestruturas urbanas e rurais, além de melhorias nos sistemas de drenagem e saneamento básico para minimizar os impactos de futuras enchentes são as prioridades, conforme Paula.

Enquanto a ajuda não vem, os prefeitos trabalham com os meios que dispõem. Em Pelotas, por exemplo, já foram investidos recursos próprios na recuperação da estrada da Z3 e outras da zona rural, recomposição do asfalto danificado em ruas e avenidas da área urbana, além de R$ 600 mil na recuperação da Unidade Básica de Saúde (UBS) e de duas escolas de ensino fundamental que estão recebendo reparos nos prédios e ganharão todo mobiliário e equipamentos novos.

MICHEL CORVELLO/DIVULGAÇÃO/JC



Em Pelotas, um dos pontos turísticos mais famosos, o trapiche do Laranjal, também foi completamente destruído

Continua na **página 8**

REPORTAGEM ESPECIAL

Cresce ainda mais a aposta na promoção dos atrativos turísticos

FABRÍCIO CAGOL/ARQUIVO PESSOAL/JC



Dirigente considera festas como a Fenadoce importantes na recuperação

Álvaro Guimarães, *especial para o JC*
economia@jornaldocomercio.com.br

No início de maio, quando o nível da Lagoa dos Patos atingiu a marca histórica de 2,77 metros, as águas, famosas por sua calmaria, avançaram sobre as construções da orla de São Lourenço do Sul desalojando aproximadamente 5 mil pessoas e levando adiante calçadas, ciclovias, pistas de caminhada, quiosques e postes. Quando a inundação terminou, o que restou foi um cenário desolador de destruição e um prejuízo milionário.

A recuperação da infraestrutura da beira das praias é um dos grandes desafios da administração pública, afinal o turismo é uma das principais atividades econômicas locais. Para se ter uma ideia do peso do setor, basta saber que em fevereiro, nos três dias de carnaval, a cidade recebeu 140 mil visitantes, número três vezes maior que sua população, que é de 42 mil habitantes conforme o Censo 2022.

O prefeito Rudinei Harter explica que os técnicos da prefeitura elaboraram 12 projetos para reconstruir as estruturas da orla da praia. A ideia é realizar as obras por trechos, mas para isso o município precisa de ajuda financeira, pois as contas estão no vermelho.

"Estamos enfrentando uma redução significativa na arrecadação municipal, com uma queda de 40,9% somente em maio, o que representa um impacto considerável, por isso precisamos segurar ao máximo os recursos da prefeitura para manter os compromissos em dia, como folha de pagamento e outras obrigações, enquanto buscamos recursos adicionais para os projetos de reconstrução", explica. A expectativa do prefeito é de ter os projetos aprovados até o final do ano, o que tornaria possível para o próximo gestor iniciar as obras até fevereiro de 2025, ou seja, quase no final da temporada de veraneio.

Com a infraestrutura danificada resta aos operadores do turismo apostarem nas belezas naturais, como as praias, para atrair visitantes. A queda no volume de turistas, todavia, é esperado tanto por isso, como pelo fato de a cidade ser um destino popular entre os moradores das regiões Metropolitana e dos vales do Sinos e Taquari, áreas fortemente afetadas pelas enchentes de maio.

O presidente da Associação Comercial e Industrial (ACI), Cristiano Altenburg, ressalta que São Lourenço do Sul já enfrentava dificuldades em decorrência das fortes chuvas que atingiram o município no primeiro trimestre do ano e, dessa forma, os impactos da cheia da lagoa foram profundos. Dentro deste quadro estão, ainda, os prejuízos na zona rural estimados em R$ 297 milhões, com perdas significativas na produção de soja, milho e pecuária, além de danos nas estradas rurais.

"Em médio a longo prazo, iremos sofrer com a diminuição do poder de compra do povo gaúcho e claro, os impactos no turismo serão graves e duradouros, prejudicando toda uma cadeia produtiva essencial para a economia local", diz Altenburg.

Frente a este cenário, demissões não estão descartadas especialmente no comércio e nos operadores do turismo. Atualmente, conforme os dados do Caged, os setores de comércio e serviços ocupam 3,8 mil empregados.

A criação de ações de apoio governamental, sejam federais ou estaduais, com a disponibilização de linhas de crédito e iniciativas que fomentem geração e manutenção de negócios, emprego e renda é apontada por Altenburg como essencial para a reorganização da economia da cidade.

Parte desta ajuda começa a chegar através do Pronampe Solidário para Negócios Atingidos, que de acordo com a plataforma de dados abertos Brasil Participativo mantida pelo governo federal já liberou R$ 5,8 milhões para o município. O crédito tem subsídio de 40%, 24 meses de carência e juros de 16,5% ao ano.

Enquanto a verba ajuda na reconstrução dos estabelecimentos localizados às margens da lagoa como restaurantes, bares, pousadas e hotéis, as equipes da prefeitura trabalham para recompor as praias da melhor maneira possível e deixá-las em condições adequadas para receber os turistas.

"O turismo é crucial para a recuperação da nossa economia, por isso toda a comunidade está mobilizada para deixar tudo o mais organizado possível até o verão para os visitantes", diz Harter.

A força de eventos como a Fenadoce e a Expofeira que, somados, atraíram 450 mil visitantes no ano passado, são apostas para tentar movimentar a economia de Pelotas no período pós-enchente. Conforme o presidente da Associação Comercial, Fabrício Cagol, as festas são alternativas viáveis para alavancar a economia e como a maior parte do público da Fenadoce é tradicionalmente do Rio Grande do Sul, o volume de visitantes tende a se manter. Para ele, a manutenção do calendário de eventos tem outra finalidade essencial: melhorar o ânimo da comunidade, mantê-la focada no trabalho e na recuperação da economia local.

DANIELA ALVES/DIVULGAÇÃO/CIDADES



São Lourenço do Sul já enfrentava dificuldades em decorrência das fortes chuvas que atingiram o município no primeiro trimestre do ano; impactos da cheia da lagoa foram profundos

REPORTAGEM ESPECIAL

Contexto regional é fundamental para avaliar próximos passos

Quando escolheu antigos prédios localizados a poucos metros do cais do Centro Histórico de Rio Grande para instalar sua cervejaria artesanal, o empreendedor Tiago Nader vislumbrou apenas o potencial paisagístico do lugar, ideal para a realização de eventos de rua tão apropriados para o seu nicho de negócio e sequer imaginou que, um dia, precisaria de um barco para entrar em sua fábrica. Mas foi o que aconteceu em maio, quando a lâmina d'água chegou a 1,5 metro no prédio.

A inundação arruinou todos os equipamentos, além da instalação elétrica do prédio e o depósito onde estavam armazenados mesas, cadeiras, toldos, barris e chopeiras, que são usadas nos eventos de rua promovidos pela marca e alugadas para festas particulares. O pub que Nader e os sócios possuem, a quase dois quilômetros da beira da água, também foi inundado e apesar de sofrer poucos danos permaneceu 22 dias fechado.

O prejuízo total ainda está sendo apurado pelos sócios, que preparam um retorno ao mercado com uma estratégia baseada em muita cautela, nenhum investimento além daqueles necessários para manter a operação iniciada em 2021 e uma cuidadosa observação do contexto local.

"A gente costuma dizer que sempre tem dinheiro para a cerveja, mas se tem muito medo que aconteçam demissões em outros empreendimentos, isso vai impactar na economia. Hoje já percebemos um aumento da inadimplência, todos os clientes estão devendo e isso mostra que os restaurantes estão com pouco movimento, o que preocupa a médio prazo e vai se refletir diretamente na empresa e, no pior dos cenários há o risco de pararmos de fornecer para estes clientes", diz.

FELIPE SCOTT/DIVULGAÇÃO/JC



Em São José do Norte, impacto da enchente nos estabelecimentos foi indireto e está relacionado, principalmente, à paralisação quase total das atividades econômicas

De acordo com Nader, as análises feitas semanalmente, através conversas com clientes e fornecedores, sobre o contexto e o comportamento do mercado, têm mostrado uma incerteza com relação à manutenção dos empregos na cidade. A estabilidade da atividade industrial, tanto em Rio Grande como em São José do Norte, onde o estaleiro EBR mantém 3 mil postos de trabalho ativos, surgem como sinais em contraponto à debilidade do comércio.

"Olhamos as vendas, os atendimentos e estamos escutando os clientes, flexibilizando os pagamentos, mas o maior medo é não ter poder de compra para investir e não ter certeza de que as empresas irão manter os empregos, pois isso vai impactar diretamente nos negócios e na nossa própria capacidade de gerar empregos temporários no final do ano", comenta.

Do outro lado do canal Miguel da Cunha, Letícia Vanzelote também mantém atenção total aos movimentos da economia microrregional para avaliar os próximos passos que dará na administração da rede de lojas de departamentos mantida pela família há 55 anos no centro de São José do Norte. O impacto da enchente nos estabelecimentos foi indireto e está relacionado, principalmente, à paralisação quase total das atividades econômicas na cidade durante o mês de maio. Porém, a retomada depende diretamente da reorganização do arranjo produtivo local e da ajuda governamental.

"A curto prazo precisamos que mais comerciantes consigam se beneficiar de linhas de crédito realmente baratas, lembrando que todos foram atingidos, mesmo que não pela água da enchente, mas pelos reflexos da insegurança e retração do consumo. Em um cenário de médio prazo dependemos de inúmeros fatores que influenciam diretamente na economia local, tanto meteorológicos quanto em relação à retomada da atividade pesqueira e da agricultura em São José do Norte e Rio Grande, além da habilidade dos poderes públicos em auxiliar na reconstrução material, física e emocional da população atingida", comenta.

Conforme a secretária de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Rio Grande, Paola Liz Braga, até julho os impactos no mercado de trabalho foram poucos frente a magnitude da catástrofe. "Houve um decréscimo de 0,5% dos empregos o que representa 68 postos de trabalho, mas Rio Grande está numa crescente no triênio 2021-2024 e está no top 5 do desenvolvimento no Estado sendo o carro-chefe na mesorregião sul nos últimos 12 meses com aumento de 3,5% de junho de 2023 até agora e isso é o dobro do obtido no RS que foi de 1,7%", diz.

De acordo com os dados da secretaria, a indústria química, de alimentos e os serviços qualificados têm puxado estes índices e geraram em torno de 4 mil novos postos de trabalho desde 2021. "Os serviços cresceram 30% no triênio com as mudanças trazidas pela Lei da Liberdade Econômica e a Lei da Inovação que tornaram a cidade menos burocratizada e isso nos ampara e nos torna mais fortes para enfrentar esse choque a curto prazo", avalia.

Problemas para obter ajuda prometida pelo governo federal atrasam recuperação

LETÍCIA VANZELOTE/ARQUIVO PESSOAL/JC



Letícia diz que poucas empresas foram contempladas com recursos

A demora e a dificuldade em obter o dinheiro prometido pelo governo federal para socorrer as empresas afetadas pela crise climática tem gerado reclamações e espalhado frustração entre os empreendedores do Sul e são apontadas como causas da demora da região em conseguir tornar a aquecer sua economia.

Ainda em maio Brasília anunciou uma série de medidas de auxílio às empresas, gaúchas sendo uma das principais o aporte de R$ 500 milhões no Fundo Garantidor de Investimento (FGI), gerido pelo BNDES, responsável por gerar até R$ 5 bilhões em operações de crédito para micro, pequenas e médias empresas e microempreendedores individuais (MEIs), por meio do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI-PEAC).

Outro socorro prometido foi a destinação de R$ 4,5 bilhões para concessão de garantias no Fundo Garantidor de Operações (FGO), com potencial para gerar concessão de crédito de R$ 30 bilhões dentro do Programa Nacional de Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Dados do portal Brasil Participativo indicam que até o início de julho o total de operações feitas através do Pronampe Solidário e do PEAC chegam a R$ 131 milhões nos quatro municípios.

Apesar dos números positivos, as queixas entre os empreendedores não são poucas. "Se ouviu falar em inúmeros recursos financeiros em apoio às empresas, no entanto diferente do que foi divulgado, não foram de fácil acesso e muito poucos CNPJs foram os contemplados", afirma Letícia Vanezelote que é diretora da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de São José do Norte.

Uma dessas empresas foi a cervejaria de Nader, que se inscreveu para acessar o auxílio financeiro - de duas parcelas de R$ 1.412 -, prometido através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado a garantir o pagamento de salários dos trabalhadores das empresas instaladas em áreas inundadas. Ao ter o pedido rejeitado não restou alternativa para a empresa senão arcar sozinha com os salários dos 18 empregados. "A perda desta possibilidade de ajuda foi muito triste porque se contava com esse recurso para retomar os investimentos e acabou tivemos de segurar isso, mas conseguimos não demitir ninguém", diz.

REPORTAGEM ESPECIAL

RODRIGO CHAGAS/DIVULGAÇÃO/JC



Em Pelotas, a prefeitura conseguiu aprovar na Câmara de Vereadores, na segunda quinzena de julho, a criação do programa Força Pelotas, um plano municipal de recuperação dos atingidos pela enchente

Diferentes ações buscam incentivar o consumo local

Álvaro Guimarães, *especial para o JC**
economia@jornaldocomercio.com.br

Desde que as águas baixaram e a preocupação com o futuro da economia aflorou, governos e entidades de classe têm investido na construção de políticas públicas e iniciativas capazes de estimular o consumo local e fortalecer os setores mais afetados. Em Rio Grande, onde 6,7 mil empresas, 85% delas pequenas ou micros, foram afetadas diretamente pela enchente, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Inovação e Turismo tem buscado parcerias com entidades para divulgar as políticas de crédito emergencial e apoiar a recuperação dos empreendedores afetados.

Uma das iniciativas é cadastrar empreendedores afetados no programa Sebraetec Supera do Sebrae RS que oferece auxílios de R$ 3 mil até R$ 15 mil para MEIs, agricultores familiares, micro e pequenos empresários. Os técnicos da secretaria também estão oferecendo consultorias sobre as diferentes modalidades de ajuda dos governos federal e estadual e as formas de acessar os recursos.

A prefeitura lançou, ainda, o programa Rio Grande Volta por Cima - O Recomeço, através do qual se trabalha a inteligência emocional na crise com a oferta de cursos para empreendedores e para quem procura emprego.

Na trilha do empreendedorismo serão oferecidas cem vagas gratuitas para curso de marketing digital, que tem como objetivo alavancar as vendas dos negócios locais para fora da cidade e auxiliar na reorganização das finanças. Na trilha da empregabilidade a ideia é orientar outros cem alunos em como buscar vagas adequadas às suas habilidades e como se capacitar para disputar essas vagas.

"Rio Grande participa do processo de reestruturação do Rio Grande do Sul. A nossa Sala do Empreendedor tem selo triplo diamante, o que significa que é um espaço de excelência no Brasil. E a partir dela foram propostas duas ações bem específicas: a renovação temporária automática dos alvarás que estavam vencendo e o acolhimento de um empreendedor atingido por outro instalado em área que não tenha sido atingida, com permissão legal de funcionamento das duas atividades no mesmo endereço", explica Elisandra Luvier, Superintendente de Empreendedorismo da Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Turismo.

Em Pelotas, a prefeitura conseguiu aprovar na Câmara de Vereadores, na segunda quinzena de julho, a criação do programa Força Pelotas, um plano municipal de recuperação dos atingidos pela enchente, através do qual são oferecidas isenções e remissões de taxas, prorrogações de prazos e medidas de suporte administrativo, bem como um projeto de auxílio financeiro para os pescadores.

Entre as principais medidas previstas para auxiliar os empreendedores estão a isenção por dois meses do Imposto sobre Serviços (ISS), dedução do IPTU por prazo equivalente, a prorrogação da validade dos alvarás municipais, bem como a ampliação do programa Juro Zero em Pelotas.

"Depois de todo o trabalho integrado de prevenção, assistência, resgate das pessoas em áreas de risco, chegou o momento de elaborarmos medidas que ajudem na reestruturação", destaca a prefeita Paula. As entidades de classe também têm feito sua parte e lançando campanhas de incentivo ao fortalecimento do comércio local.

Em Rio Grande, a iniciativa da CDL foi batizada de "Levanta Rio Grande" e, conforme o presidente da entidade Marcelo Valente, está organizada em três fases sendo a primeira delas o apoio ao social, depois o lado empresarial e por fim, um movimento perene de desenvolvimento da economia.

"Neste novo recomeço, a CDL segue apostando que atividades de fomento como os eventos e as políticas públicas de incentivo são essenciais. Assim, arrumamos o caminho para a retomada econômica que está sendo impulsionada também pelos benefícios sociais, que pedimos, que as pessoas utilizem com sabedoria e, principalmente, no comércio local", afirma.

Apesar da evidente preocupação com a solução da crise econômica que bate à porta e ameaça a saúde financeira dos negócios a curto prazo, lideranças políticas e empresariais da região dão sinais de compreender a necessidade de se pensar mais além do imediato.

"Pensar em cidades resilientes é essencial. A reconstrução não é só quando se perdeu e precisamos pensar daqui para a frente. Precisamos um olhar maior de recuperação integrada com construção de algo novo", afirma a secretária Paola Braga. Encontrar o caminho para este novo momento, conforme Paola, passa por um bem trabalhado e organizado processo de governança colaborativa, com poder público e sociedade civil decidindo juntos os melhores rumos da administração das cidades.

"Essas intempéries comprovam que quando as políticas públicas estão alinhadas e integradas, a ideia de trabalhar o grande pacto se consolida, pois só se pode olhar para o futuro quando se tem uma governança colaborativa. E nada foi mais colaborativo do que as respostas ao pedido de socorro das comunidades afetadas pelas enchentes", pondera.

** Álvaro Guimarães é natural de Rio Grande e jornalista formado pela Universidade Católica de Pelotas. Atualmente, trabalha como assessor de comunicação e repórter freelancer*

‘Mulheres SuperAgro’ chega para produtoras rurais

AGRONEGÓCIO » *Iniciativa da JBS promove capacitação em gestão de negócios*

Produtoras rurais que administram granjas integradas da Seara formam a primeira turma de mulheres capacitadas pela JBS em gestão – e já observam aumento no faturamento e produtividade de suas propriedades agrícolas.

Elas integram o programa Mulheres SuperAgro, que oferece suporte e ferramentas para alavancar o empreendedorismo feminino no agronegócio em cidades do interior do Rio Grande do Sul.

O programa oferece capacitação em administração de propriedades rurais, com módulos que vão da gestão de pessoas, gestão financeira, temas jurídicos e tributários, além de práticas de produção sustentáveis e bem-estar animal.

Levantamento conduzido em 2023, pela Seara, aponta que 41% das propriedades integradas ao negócio são gerenciadas por mulheres.

É o caso de Ivinice Schneider, avicultora proprietária de uma granja localizada em Tupandi (RS) e participante da primeira edição do programa, encerrada em maio. Ela conta que a experiência resultou em um aumento de 7% em seu faturamento, além de ter contribuído para melhorar ainda mais a qualidade dos produtos. “Os resultados positivos só tendem a melhorar dia após dia, o que mostra que estou no caminho certo”, afirma.

“O Mulheres SuperAgro contribuiu muito para o meu crescimento profissional e pessoal, pois ajudou a me enxergar e valorizar como mulher à frente do meu negócio, com trocas de experiências entre todas nós”, complementa.

Rosane Bertolin, que também participou da primeira edição e é responsável por uma granja localizada em Passo Fundo (RS), afirma que a experiência a ajudou a dominar estratégias de gestão. “O Mulheres SuperAgro fez toda a diferença na minha vida, pois aprendi a direcionar e delegar as tarefas para a minha equipe e, com isso, ganhei mais tempo para me dedicar a outras questões importantes na administração”, afirma a empreendedora.


JBS/DIVULGAÇÃO/JC
Programa oferece capacitação em administração de propriedades rurais e práticas de produção sustentáveis

Para Pauline Bellaver, especialista de Sustentabilidade da Seara, o programa representa mais um passo importante da Companhia para o setor, capacitando as empreendedoras do segmento para que alavanquem suas carreiras.

“Ao juntarmos as experiências de tantas mulheres incríveis, tivemos a oportunidade de oferecer uma troca de conhecimento enriquecedora às nossas integradas, contribuindo para que tudo que foi ensinado durante o curso seja colocado em prática no dia a dia no campo”, comenta Pauline.

“O programa foi cuidadosamente elaborado para oferecer suporte e ferramentas para que elas desenvolvam ainda mais os negócios de suas famílias, de forma cada mais sustentável e ampliando a qualidade e bem-estar que a JBS promove entre suas produtoras integradas”, explica.

Com videoaulas de 1h30min e encontros presenciais quinzenais, a primeira edição do programa teve duração de sete meses, com foco nos temas de autoconhecimento, sustentabilidade, capacitação técnica e empreendedorismo.

Livro aborda desafios da psicologia no agronegócio

O agronegócio é responsável por um em cada três empregos gerados no País. Entretanto, a cada ano, aumenta a carência de profissionais especializados nas atividades agropecuárias. De acordo com levantamento realizado pela Confederação dos Trabalhadores Assalariados Rurais, hoje são 3,6 milhões de pessoas empregadas formalmente no segmento.

E há espaço também para novas profissões. Um estudo realizado pela Agência Alemã de Cooperação Internacional em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Senai-RS, apontou que um mercado de profissões do agro também cresce na área digital, abrindo novas oportunidades.

Essa realidade torna cada vez mais importante trabalhar com gestão de pessoas nas empresas rurais para a retenção de talentos e a capacitação dos colaboradores. A psicóloga Kátia Saraiva, autora do livro “Psicologia? Presente! A psicologia no Agro”, tem mais de 20 anos de atuação no agronegócio, atendendo empresas no Sul do país e produtores brasileiros que têm áreas no Uruguai. O que hoje é sua atividade diária, no começo precisou de muita dedicação e entendimento das diferentes realidades de quem trabalha no campo.


Kátia diz que é preciso entender melhor os colaboradores
KÁTIA SARAIVA/ARQUIVO PESSOAL/JC

Kátia destaca que o empresário rural é bom em produzir, conhece bem as técnicas e manejos, mas precisa aprender a lidar da melhor forma com os colaboradores. Ela afirma que os empregadores, produtores rurais, em geral têm uma visão superficial sobre seus trabalhadores.

“Não errada, mas superficial”, e que com o diagnóstico correto e uma mudança de olhar costuma gerar excelentes resultados. No livro, lançado este ano, Kátia conta sua trajetória no segmento e esclarece quais pontos foram essenciais para alcançar mudanças de cultura e uma preocupação maior com a gestão de pessoas em um meio que tem características tão distintas.

Cinco dicas para melhorar a gestão de pessoas na empresa rural

- **1. RECONHECIMENTO:** elogie um trabalho/atividade na qual o colaborador tenha superado as expectativas e transforme isso num hábito;
- **2. COMUNICAÇÃO:** melhore a comunicação interna adotando um sistema de transmissão de informações de um jeito a que todos recebam de forma idêntica, ou seja, faça pequenas reuniões de equipe, pode ser de 10 minutos, para passar informações e deixar todos alinhados com o que está acontecendo na empresa;
- **3. DESAFIOS:** lance pequenos desafios diários que, ao longo de um mês signifiquem o atingimento de metas importantes para a empresa;
- **4. MIMOS:** encontre maneiras de comemorar os aniversários, vitórias conquistadas, oferecendo um dia de folga, um objeto com a logomarca da empresa, um parabéns grupal;
- **5. ESPAÇOS DE ESCUTA:** abra breves espaços individuais, demonstre interesse pela “pessoa” que o seu funcionário é.